

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA | CONFERÊNCIA INAUGURAL

CIDADE ANTIGA

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

Organização | Programa | Conferência inaugural
I - Cidade Antiga

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA SESSÃO DE ABERTURA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

PRÓLOGO

pág. 35

Poblaciones en transformacion: las ciudades a traves del tiempo

Diego Ramiro Farinas

CONFERÊNCIA INAUGURAL

pág. 43

Perseguir a História Social a partir do Repositório Genealógico - desafio sempre em aberto

Uma aplicação sobre Guimarães dos quatro últimos séculos

Maria Norberta Amorim, Antero Ferreira, Amaro das Neves, Filipe Salgado

CIDADE ANTIGA

CONFERÊNCIA

pág. 75

Cidade Antiga e Sociedade: Narrativas e Diálogos Interdisciplinares

Manuela Martins, Gilvan Ventura da Silva

COMUNICAÇÕES

pág. 111

Estratégias familiares e disputas políticas na África proconsular: o caso da cidade de OEA (Séc. II d.C.)

Belchior Monteiro Lima Neto

pág. 125

Como e onde se enterrava em *Bracara Augusta*?

Cristina Maria Vilas Boas Braga

pág. 155

Reflexões sobre a economia de *Bracara Augusta*. O contributo dos tesouros monetários

Diego Santos Ferreira Machado

pág. 177

A Concorrência Política e Cultural entre as cidades de Antioquia e Beirute na Antiguidade Tardia:

Libânio e a defesa das Escolas de Retórica em oposição às Escolas de Direito (séc. IV d.C.)

Érica Cristhyane Moraes da Silva

pág. 195

Entre os espaços e os homens: reconstrução do quotidiano doméstico

Fernanda Magalhães, Manuela Martins

pág. 219

O custo com os trabalhadores da construção e atividades subsidiárias. O caso de *Bracara Augusta*

Jorge Ribeiro

pág. 245

Vrbi et orbi: a cidade como definidora de romanidade nos *annales* de Tácito

Manuel Rolph Cabeceiras

pág. 261

Esparta katà kómas: organização espacial do território (VIII-V a.C.)

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

pág. 279

Cidades Gregas na Calábria Antiga: A configuração dos territórios de Lócris e Régio (sécs. VII-V a.C.)

Maria Beatriz Borba Florenzano

pág. 301

El extranjero en la ciudad: formas de integración privadas

Ma Dolores Dopico Caínzos

pág. 325

The notion of polis in Aristotle's *Politics*

Patricio Tierno

pág. 341

Paulo e as Comunidades: Debates acerca das diferenciações das Comunidades Urbanas Paulinas e Conflitos sobre a Participação Feminina

Roberta Alexandrina da Silva

pág. 361

La cerámica de producción bracarense como indicador de las actividades económicas, gustos y costumbres de los habitantes de *Bracara Augusta*: Nuevas aportaciones

Sara Barbazán Domínguez, Manuela Martins, Eduardo Ramil Rego, Fernanda Magalhães

pág. 387

Mulheres e urbs: estudos sobre sociabilidades femininas em cidades romanas entre o IV e V séculos d.C.

Silvia M. A. Siqueira

CONFERÊNCIA INAUGURAL

**Perseguir a História Social a partir
do Repositório Genealógico - desafio
sempre em aberto**

**Uma aplicação sobre Guimarães dos
quatro últimos séculos**

Maria Norberta Amorim

Antero Ferreira

Amaro das Neves

Filipe Salgado

Introdução

Há quase meio século que me debruço sobre um dos nossos mais preciosos patrimónios coletivos, os registos paroquiais de batizados, casamentos e óbitos, iniciados sensivelmente nos finais do século XVI, e continuo fascinada pela intensidade e diversidade dessa informação, em desafio contínuo à sensibilidade do homem de hoje.

Os constrangimentos iniciais da minha disciplina, a Demografia Histórica, vocacionada para a análise de comportamentos demográficos em período anterior aos recenseamentos modernos, pouco espaço me deram à incorporação das riquíssimas informações sobre quotidianos que decorrem principalmente dos registos de óbitos. Para organizar a informação paroquial era preciso criar uma metodologia aplicável aos registos portugueses, de forma a acompanhar os percursos de vida por cruzamento de atos e desenvolver de seguida os cálculos adequados sobre comportamentos demográficos, como a idade ao casar, o número de filhos ou a esperança de vida.

Depois de um percurso rural por três comunidades transmontanas, com aplicação de uma metodologia própria de reconstituição de famílias, criada na transição da década de 1960 para a seguinte, em 1985 defendi tese de doutoramento com um Estudo Demográfico sobre Guimarães, de 1580 a 1819. A partir de um volume próximo de 100.000 fichas de ato, acompanhei da forma possível o percurso de vida das pessoas que nasceram, casaram ou morreram nesse período nas freguesias urbanas desta cidade e seu enquadramento rural. Não se tratava de estudar uma pequena paróquia rural em período de Antigo Regime, como fizera até então, mas de penetrar, embora ainda para o mesmo Antigo Regime, no complexo mundo urbano e acompanhar percursos familiares na área correspondente às dez paróquias levantadas. Um trabalho inteiramente manual, extremamente penoso e naturalmente irrepetível.

Passadas três décadas, nesta apresentação, as palavras-chave são **Repositório Genealógico, História Social, Trabalho de Equipa**.

De facto, num longo percurso, fomos aproveitando os sucessivos avanços das tecnologias da informação e podemos hoje falar de uma **base central** que estamos a sedear em Guimarães, numa unidade diferenciada da Universidade do Minho, a Casa Sarmento, com ambição de integrar toda a informação organizada dos registos paroquiais portugueses, mas sem barreiras nacionais – o **Repositório Genealógico** (www.genealog.uminho.pt).

Podemos falar depois da possibilidade de enriquecimento contínuo do Repositório Genealógico por cruzamento sucessivo de fontes, perseguindo uma nova **História Social**. Podemos ainda recolher as vantagens de um **Trabalho de Equipa**, ultrapassando o trabalho isolado.

Centrando-se a nossa metodologia sobre o **indivíduo em cadeia genealógica**, abria-se, desde o início, ao enriquecimento de cada percurso de vida, à integração sucessiva de paróquias contíguas e ao acompanhamento da reprodução biológica e social em tempo longo. O problema residia na natural incapacidade de um único investigador dominar em tempo útil enormes volumes de dados.

A **base de dados central** vem dar resposta à nossa ambição. Enquanto se abre à incorporação sucessiva de informação, permite a participação simultânea de vários investigadores e também de detentores de informação pertinente. É um projeto de futuro, a beneficiar naturalmente de interesses científicos, mas também do gosto comum pelas genealogias.

O trabalho sobre Guimarães

A apresentação que agora fazemos sobre a cidade de Guimarães, com o trabalho convergente de um informático, Filipe Salgado, e de mais dois historiadores, Antero Ferreira e Amaro das Neves, não decorre de um percurso linear. Depois do enorme esforço que constituiu o trabalho de 1985, durante mais de uma década abandonámos os estudos urbanos. Isso deveu-se certamente à atração pelos recursos informáticos e à necessidade de ensaiar a

metodologia de reconstituição de paróquias (Amorim, 1991), aplicando-a em ambiente rural, que oferecia condições mais favoráveis de observação (Amorim, 1992). No entanto, mais tarde, a par do trabalho de Hermínia Mesquita, que usou a mesma metodologia para a cidade de Angra num longo século XVII (Mesquita, 2004), o meu próprio interesse no estudo da centralidade da cidade da Horta para as comunidades rurais do Pico (Amorim, 2011; Amorim & Santos, 2011), o desafio decorrente do interesse local pelo estudo de Torres Vedras (Amorim, Silva, & Silva, 2016), o desafio constituído pelos Congressos Históricos de Guimarães, particularmente o de 2012, fizeram-nos retornar aos estudos urbanos, investindo, entre 2010 e 2013, em *Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII – XX)*, projeto subsidiado pela FCT.

Integrámos, para Guimarães, os nossos dados manuais da década de oitenta e prosseguimos com os restantes registos paroquiais caídos em domínio público (até 1910) para as mesmas dez paróquias (Oliveira, S. Miguel do Castelo, S. Paio, S. Sebastião, Azurém, Creixomil, Mesão Frio, Costa, Urgeses e Fermentões), alargando-se ainda aos registos de óbitos da freguesia da Oliveira até 1980. No total, foram trabalhadas ou retrabalhadas cerca de 165.000 fichas de ato, que se organizaram no Repositório Genealógico.

Esse Repositório já permitiu, há cinco anos atrás, no I Congresso Histórico Internacional de Guimarães – *As Cidades da História*, dedicado ao tema “População”, que pudéssemos apresentar sobre esta cidade um trabalho clássico de Demografia Histórica, entre o século XVI e o XX, analisando comparativamente os comportamentos demográficos do centro urbano e do seu enquadramento rural (Amorim, 2012; Amorim, Ferreira, & Machado, 2016). Além do alargamento ao período riquíssimo de início de alteração de comportamentos demográficos milenares, abandonávamos a periodização mecânica a que o tratamento manual nos sujeitara, aproximando-nos mais adequadamente do ritmo evolutivo de cada fenómeno.

Enriquecemos agora a base de dados com a própria informação paroquial sobre estatutos e atividades profissionais referidas nos três tipos de atos e a feitura de testamento ou situação de pobreza, referidas nos registos de óbitos.

Para a freguesia central da cidade, a freguesia da Oliveira, beneficiamos de informações mais precisas sobre quotidianos, na medida em que nos próprios registos de óbitos encontramos, para o período de Antigo Regime, descrições pormenorizadas das disposições testamentárias e, desde 1734, começamos a beneficiar da existência de róis de confessados que se prolongam até um entrado século XX. Uma maior aproximação decorre depois do cruzamento da base com fontes civis, um rol da décima das propriedades e do maneiço de 1799, inscrições de jurados da década de 1830, recenseamentos eleitorais a partir de 1851.

Trata-se de um percurso entusiasmante, mas muito complexo, o acompanhamento da sucessão das gerações que ao longo de quatro séculos calcorream as mesmas ruas e habitaram o mesmo espaço de que hoje disfrutamos.

Percurso complexo porque, dependendo da existência e do rigor das fontes e dos critérios usados na sua elaboração, impõe-se a crítica, caso a caso, sobre as mesmas, e também se impõem decisões nem sempre fáceis sobre os processos a seguir para o seu aproveitamento.

Percurso entusiasmante porque, não nos desligando dum mesmo espaço, podemos aproximar de toda a gente que, em tempo tão longo, sucessivamente chamou seu a esse espaço. Gente de quem sabemos o nome, de quem podemos conhecer o percurso residencial, origem ou destino, recursos de sobrevivência e superação, a caminho de uma realidade como a nossa, em contraste chocante com as situações de partida.

Temos de contar, em primeiro lugar, com as dificuldades dos registos paroquiais da Arquidiocese de Braga, anteriores à normalização imposta em 1860 pelo Poder Civil. Dificuldades que são ainda maiores nas paróquias que obedeciam ao Prior da Colegiada de Guimarães, que se eximiam à entrada regular de visitantes, os agentes fiscalizadores diocesanos.

Diferentemente do que se passava em outras dioceses, só em casos pontuais encontramos na de Braga registo sistemático de mortalidade de menores de sete anos para o período anterior a 1860, altura em que a lei geral o impõe. Tendo a Igreja obrigação de propiciar a salvação dos defuntos, as crianças eram anjos que Deus levava, escusando a sua intervenção.

Em Guimarães, as dificuldades avolumam-se ainda pela identificação muito deficiente dos defuntos, sem indicação de idade ao óbito e, frequentemente, sem indicações sobre a naturalidade ou relações de parentescos. Há ainda o problema de uma parte mais ou menos significativa de pobres falecer no Hospital da Misericórdia, que dispunha de um capelão a acompanhar os moribundos e a registar os óbitos, eximindo-se alguns párocos desse registo nos próprios livros paroquiais. O grande esforço que desenvolvemos sobre os registos de óbito da Misericórdia, a envolver defuntos da vasta área geográfica da sua influência e também forasteiros, para encontrar os residentes na área em estudo, só parcialmente foi compensado. A identificação desses defuntos é muito deficiente, podendo acontecer não termos mesmo informação sobre a freguesia em que residiam.

Embora as visitas dos Arcebispos em pessoa às paróquias da cidade conduzissem depois a alguma melhoria na identificação dos intervenientes nos atos, grandes penalizações para os nossos objetivos resultam da visita de D. Rodrigo de Moura Teles, em 1714. Determina, então, o ilustre Prelado que “não escreva (o pároco) nos assentos os ofícios mecânicos dos pais dos batizados pelo perigo que resulta para os tempos vindouros”; que “nunca declare os ofícios mecânicos dos contraentes pelos perigos que se tem já experimentado”; e ainda que

“de nenhuma sorte escreva os ofícios mecânicos dos defuntos pelo perigo que se suceder para o tempo futuro”. Perigo de dificultar a ascensão social aos respetivos descendentes? É a hipótese que colocamos. Outra restrição penalizadora resulta da determinação de se dever escrever, nos assentos dos que faleceram com testamento, somente os legados pios e não todas as disposições testamentárias, o que, felizmente para nós, foi frequentemente desrespeitado na freguesia da Oliveira.

Nesta montagem, partimos de observações mais gerais, a envolver a globalidade da zona urbana, para incidirmos depois na paróquia da Oliveira, aproveitando a especificidade das suas fontes.

Resultados

O estudo da evolução no tempo de estatutos de privilégio, atividades produtivas ou de serviços não é linear quando se trata de uma observação longitudinal. O tempo de residência dos intervenientes nos atos sujeitos a registo tanto pode ser muito curto como longo. Mesmo em paróquias reconstituídas, a contagem simples, mais ou menos periodizada, do volume de nobres, clérigos, mercadores ou artífices é apenas indicativa. Só poderemos saber o peso de cada estrato procedendo a cortes transversais. Nas nossas bases de dados de comunidades rurais, de identificação tendencialmente conseguida dos residentes, as contagens para um momento dado de todos os indivíduos ou de categorias entre os mesmos, tornam-se viáveis (Amorim, 2007, 2009, 2016), mas o mesmo não acontece numa zona urbana, muito mais aberta, sujeita a uma muito maior mobilidade, particularmente quando partimos de fontes problemáticas, como é o caso de Guimarães.

Assim, a abordagem que aqui desenvolvemos sobre o volume de privilegiados e produtivos, para momentos específicos, é uma abordagem por defeito, só contemplando os indivíduos do sexo masculino (poucas referências há a profissões femininas) e aqueles para os quais podemos marcar um início e um fim de observação. Além dos indivíduos identificados pelo nascimento na área abrangida e falecidos na zona urbana, consideramos como residentes num dado momento, em aproximação, todos os indivíduos casados, de casamento realizado ou não na área, mas de residência documentada pelo nascimento de filhos e eventualmente pelo registo de óbito. Fizemos coincidir o início de observação para marcação de uma atividade produtiva ou usufruto de um estatuto com os 15 anos dos indivíduos identificados pelo nascimento e com residência posterior documentada. Para os outros, considerámos a data de batizado do primeiro filho na zona ou a data de casamento dos próprios, se conhecida. O fim de observação foi marcado pelo óbito do próprio, pela data de viuvez ou pela data de batizado do último filho registado. Sem possibilidade de

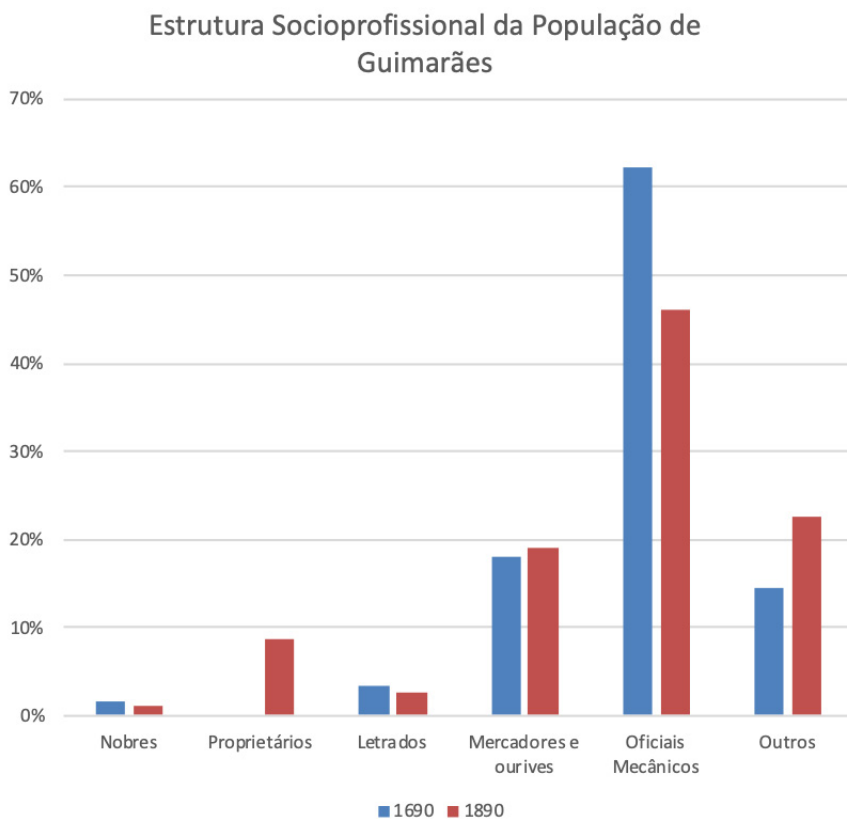
marcar um início de observação, não consideramos categorias mais reduzidas, a dos não identificados pelo nascimento, casados ou viúvos, sem filhos registados, e dos solteiros, quando de uns e outros apenas conhecemos a data de óbito.

Para o período anterior à visita de D. Rodrigo de Moura Teles, datada de dezembro de 1714, procedemos a um corte transversal para o ano de 1690, altura em que podíamos beneficiar do acompanhamento alargado de percursos de vida, com possibilidade de, em algum momento, ser referida a situação socioprofissional. Colocámos um segundo corte em 1890, aproveitando vantagens paralelas.

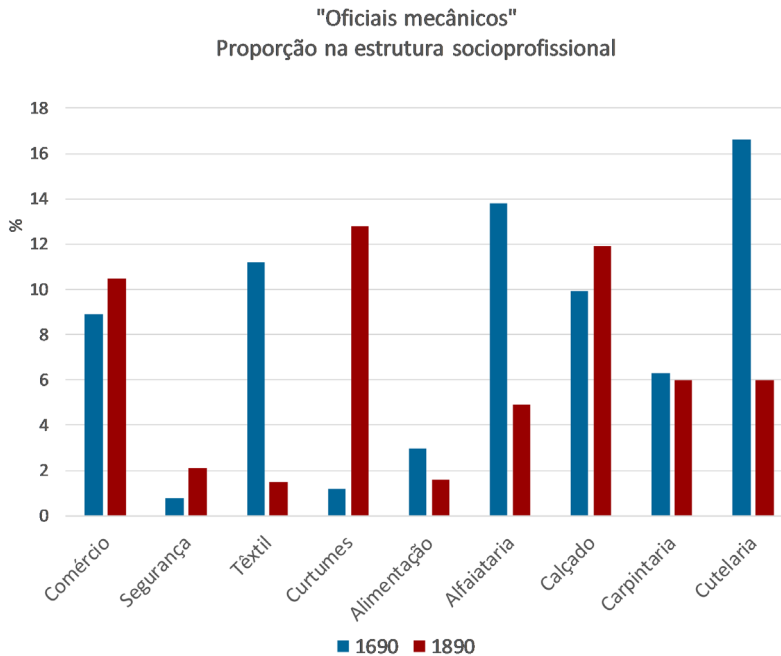
Quadro 1
Distribuição socioprofissional em 1690 e 1890 na zona urbana

Estatutos/profissões	1690	1890	1690	1890
	Número		Porcentagem	
Privilegiados Proprietários	8	82	1,6	10,3
Letrados	17	21	3,4	2,6
Mercadores e ourives	92	151	18,1	18,9
Oficiais mecânicos	316	366	62,3	45,8
Outros	74	179	14,6	22,4
Total	507	799	100,0	100,0

A reduzida percentagem de privilegiados de 1690 alarga-se para os proprietários, em 1890, embora haja a considerar que esses proprietários, em outros momentos do seu percurso de vida, poderiam ter pertencido ao grupo dos mercadores e ourives ou mesmo aos oficiais mecânicos ou outros. A posição relativa de mercadores, ourives e outros, nomeadamente militares e polícias, afirma-se no segundo momento, enquanto se verifica uma redução expressiva dos oficiais mecânicos.



A redução do peso dos oficiais mecânicos poderá ser melhor compreendida através do gráfico em que se distinguem as várias atividades profissionais.



Entre 1690 e 1890, encontramos profundas alterações na distribuição das diferentes atividades, a refletir a maior concentração na cidade de atividades comerciais, o aumento de militares e polícias, mas principalmente a modernização das indústrias a arredar certas atividades para a zona rural envolvente ou a concentrar outras na própria zona urbana. É o caso da atividade têxtil, em que se passa, no conjunto dos ativos, de uma percentagem de mais de 10% de tecelões, em 1690, para menos de 2%, em 1890. Chamamos a atenção para o facto de que, na nossa observação, em qualquer dos casos, esta atividade se acha claramente subdimensionada pela não inclusão do trabalho feminino. É o caso também dos cutileiros, em que se passa de 16% para 6% de ativos, enquanto os surradores sobem de menos de 2% para mais de 11%, refletindo o incremento da atividade dos curtumes no espaço da freguesia urbana de São Sebastião.

Admitimos que a redução significativa do número de alfaiates, de 1690 para 1890, tenha a ver com a menor complexidade do traje Oitocentista, o que pode ter contribuído para uma maior descentralização dessa atividade das zonas urbanas para as rurais. Ao invés, a indústria do calçado tem algum incremento urbano, não se passando o mesmo com a carpintaria.

Verificamos, ainda, que o sector alimentar tinha um maior número de profissionais em 1690, sobressaindo, pela sua especialização, os doceiros da Praça de São Tiago, identificando-se mesmo um doceiro-mor.

Importante será uma avaliação da reprodução no meio da estrutura socioprofissional. Sabemos que o meio urbano não reproduzia facilmente os seus quadros, mas podemos observar que era diferenciada a afluência do exterior se considerarmos os vários grupos socioprofissionais.

Naturalidades dentro dos grupos socioprofissionais

%

Categorias	Origem Conhecida								Origem Desconhecida b)	
	Zona Urbana a)		Outras Concelho a)		Outras Distrito a)		Outras Fora distrito a)			
	1690	1890	1690	1890	1690	1890	1690	1890	1690	1890
Privilegiados Proprietários	100	55	0	21	0	11	0	13	25	2
Letrados	83	60		15	17	10		15	65	5
Mercadores e ourives	49	42	35	34	8	10	8	14	45	5
Oficiais mecânicos	39	46	42	43	11	6	7	4	38	8
Outros	50	32	20	44	16	8	14	16	41	6

a) Percentagens em relação ao total de origem conhecida

b) Percentagens em relação ao total de observações

Se considerarmos, para 1690, as naturalidades dos indivíduos dos cinco grupos socioprofissionais considerados, pesem embora os casos de origem desconhecida, verificamos que a cidade criava os seus privilegiados e acalentava os letrados, enquanto afluíam predominantemente do exterior os artífices, mercadores e ourives, mas também os eclesiásticos e os criados, que não temos, nesta observação, possibilidade de contabilizar.

Só 39% dos oficiais mecânicos, cuja origem conhecemos para essa data, haviam nascido na zona urbana e, embora o maior peso nesse grupo afluia do próprio concelho, não é depreciable a entrada de indivíduos dos outros concelhos do distrito e mesmo de fora do distrito.

Ainda menos de metade de mercadores e ourives tinham origem na zona urbana de Guimarães e, embora a maior afluência seja de nascidos no próprio concelho, continua a ter significado a origem exterior ao concelho, particularmente no caso da Póvoa de Lanhoso, para os ourives, ou de Felgueiras ou mesmo Amarante, para os negociantes, concelhos estes pertencentes ao distrito do Porto.

Ainda para 1690, para os não enquadráveis nas categorias anteriores, do sector alimentar ou de serviços, nomeadamente estalajadeiros, doceiros, mesteiros ou porteiros, daqueles cuja origem conhecemos, metade são originários da própria zona urbana, mas os restantes são predominantemente de zonas exteriores ao concelho, com grande peso de outros distritos.

Se passarmos para 1890, numa observação em que os casos de origem desconhecida se reduzem, continuamos a verificar que a cidade propicia mais facilmente a reprodução no meio de proprietários e letrados, mas a afluência do exterior é agora mais transversal a todos os grupos e de âmbito geográfico mais alargado, tomando peso a origem exterior ao distrito de Braga. Artífices, mercadores e ourives e *outros* continuam com percentagens de origem local urbana inferior a 50%, mas alteram-se posições relativas. São agora os *outros*, em que se contam militares, com mais frequente origem no exterior, seguidos dos mercadores e ourives. A zona de atração dos oficiais mecânicos tem um raio inferior a todos os outros grupos, incluindo proprietários e letrados, ultrapassando mais esporadicamente os limites do concelho.

Se as fontes não nos permitem um acompanhamento continuado das profundas alterações bisseculares na estrutura socioprofissional, uma focagem da reprodução social no tempo longo de indivíduos posicionados em diferentes estratos pode ser perseguida jogando com os encadeamentos genealógicos, com as circunstâncias que rodearam a morte, nomeadamente as disposições testamentárias, com o cruzamento de dados fornecidos pelas fontes civis e ainda, no caso da freguesia da Oliveira, com o conhecimento da evolução da estrutura da família em momentos determinados. Debrucemo-nos sobre alguns casos.

Encontramos, em 1887, no rol de confessados da 1ª parte da freguesia da Oliveira, numa casa da Rua de Santa Maria, a família de Paulo de Melo Sampaio Amaral, Barão de Pombeiro, então com 49 anos de idade, casado com D. Maria Henriqueta Freire de Andrade, da mesma idade, esta natural da freguesia da Sé, da cidade de Braga. Com eles viviam quatro filhas, um filho e oito criados, cinco do sexo masculino e três do sexo feminino. O rendimento coletável que lhe foi atribuído na lista de eleitores de 1895 foi de 657\$712 réis, o segundo mais elevado da freguesia, embora largamente ultrapassado pelo Conde de Margaride com 1.821\$920 réis.

Se recuarmos nos róis de confessados da Oliveira até ao primeiro rol de que dispomos, o de 1734, encontramos na mesma Rua de Santa Maria, a casa de uma sua tetravó, pelo lado materno, D. Josefa Madalena de Melo Pereira de Almeida, viúva de José de Freitas do Amaral, onde vivem mais 12 pessoas que não são identificadas. No entanto, no rol de que dispomos a seguir, o de 1736, encontramos, além de três filhos e de uma neta, quatro criadas, um criado, um pajem e dois escravos.

José de Freitas do Amaral, falecido em 10 de fevereiro de 1715, com filhos menores, deixou no seu testamento como herdeira a mulher, nomeando nela todos os prazos e morgado, incluindo a capela de S. Brás, sita no claustro da Colegiada, capela funerária do Morgado de Sezim. Para sufrágio da sua alma deixou três ofícios, além de quatro dias de missas gerais (missas com anúncio público a convocar todos os sacerdotes para celebrações em sequência, nos diferentes altares da Oliveira, durante aquele espaço de tempo). Em 1736, dos seus 11 filhos conhecidos pelo batismo, viviam com D. Josefa, além de uma neta que supomos ser filha natural, três filhos solteiros: o morgado, Manuel de Freitas do Amaral e Melo (1697-1751), Dionísio José de Freitas do Amaral (1702-1747), clérigo beneficiado, e António Luís de Melo, nascido em 1706, que sobreviveu à mãe e do qual não conhecemos a data de óbito. Sabemos que duas filhas, D. Francisca e D. Felícia, eram religiosas no Convento de Santa Clara do Porto, sendo de admitir que os restantes tenham falecido crianças. Encontramos, assim, um quadro comum à nobreza da época: propriedade vinculada, um filho herdeiro, outros filhos varões solteiros, frequentemente clérigos, e filhas religiosas. As estratégias matrimoniais seguidas para o herdeiro beneficiado, num mercado matrimonial de âmbito geográfico alargado, podiam permitir a ultrapassagem de sucessivas vicissitudes, como aconteceu neste caso. Apesar das grandes perturbações políticas das primeiras décadas do século XIX em que a família se envolveu, mercê de alianças matrimoniais vantajosas, seguindo Adelaide Moraes (1984, 1985), o Barão de Pombeiro, ao abeirar o século XX, afirmava-se como grande proprietário e um dos cidadãos mais influentes num tempo de viragem em Guimarães: fundador do Banco de Guimarães, em 1872, impulsionador da Sociedade Martins Sarmento, em 1881, e um dos condutores do movimento que conduziu a um dos mais importantes eventos da cidade, a Iª Exposição Industrial de Guimarães, de 1884. Faleceu, quase silenciosamente, no dia 2 de março de 1913.

Mas as estratégias restritivas da nobreza para prolongar com brilho o seu estatuto nem sempre surtiram o efeito desejado, como se observa, pelo caso seguinte.

No dia 1 de janeiro de 1694, o Padre Torcato Peixoto de Azevedo instituiu, com a sua irmã Francisca dos Guimarães Peixoto, o morgado dos Peixotos de Azevedo, que foi integrado de todos os bens que possuíam e transmitido à sua sobrinha Mafalda Luísa Leite, à altura solteira, filha do seu irmão António Leite Ferreira e de Jerónima Sousa Meireles, e que se casaria com o seu primo António Peixoto Miranda dos Guimarães (em data que não se conseguiu apurar, dada a falha de um livro de casamentos da Oliveira, mas posterior a 1694 e anterior a 1698), senhor do morgadio instituído por Rui Gomes Golias, Mestre-Escola da Colegiada de Guimarães (Casa das Lamelas, na rua dos Fornos, hoje rua João Lopes de Faria – edifício onde agora está instalado o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta). Após a morte do padre Torcato, em maio de 1705, o seu legado foi absorvido no património dos Golias.

O testamento com que faleceu, em 31 de julho de 1727, António Peixoto Miranda dos Guimarães é muito explícito em relação às vias seguidas para manter o prestígio da Casa através de um herdeiro privilegiado, mesmo contando com uma prole numerosa. Em conformidade com a mulher, nomeia o filho mais velho, António Peixoto dos Guimarães, como seu universal herdeiro: do morgado de que era administrador e de todos os seus prazos e bens que lhe pertençam ou *hajam de pertencer*. Refere seis filhas religiosas no Convento de Santa Clara do Porto, declarando que tem ainda em casa quatro filhas às quais o dito herdeiro fica obrigado a dar o estado de religiosas com a brevidade possível. Aos seus outros dois filhos varões, obriga o herdeiro a dar a cada um estado de benefício (em regra uma conezia), havendo-os, e, enquanto os não tivessem, viveriam todos juntos ou, se se desunissessem, o herdeiro lhes daria uma tença anual. No entanto, se o filho mais velho falecesse sem tomar estado (sem casar), passariam as obrigações para o filho seguinte. Não conhecemos o destino do filho mais velho, mas sim dos outros dois filhos, ambos solteiros ao óbito.

Foi administrador do morgado o filho segundo, Manuel Peixoto dos Guimarães, que faleceu em 18 de novembro de 1768. Por testamento, nomeou herdeiro Fernando da Costa de Mesquita, seu parente, que lhe sobreviveu pouco tempo (morreu em 11 de Setembro de 1769), também solteiro e sem descendência direta. Os irmãos deste, que se seguiam na linha de sucessão, faleceram solteiros em 1794 e 1796. A herança passou para uma irmã, também solteira, Ana Margarida dos Guimarães Golias que, à data em que toma posse do património da família, já seria de idade bastante avançada. O herdeiro natural de todos os bens de D. Ana Margarida deveria ser o filho da sua irmã Guiomar Antónia, Paulo Vicente Machado de Miranda, nascido em 1776, o qual não correspondeu “às esperanças e desvelos de sua tia”, tornando-se “extravagante pelas súcias que fazia com seus próprios lacaios e com os das outras famílias, andando de noite com festadas e tomando os hábitos e costumes da gente com que acompanhava”, tendo sido preso como autor do homicídio de um tal Marmelada, pelo qual passou um ano na cadeia de Guimarães. Supostamente para tirar o sobrinho do ambiente em que vivia, D. Ana Margarida foi viver para o Porto, levando-o consigo. Aí, Paulo Machado continuaria “não com as mesmas extravagâncias, mas com as de outro género, mulheres e bebidas fortes, que o foram arruinando até que faleceu” (dados retirados de um documento do processo de contestação do testamento de D. Ana Margarida, existente no Arquivo Municipal de Guimarães). Sobrevivendo àquele que seria o seu sucessor natural, D. Ana Margarida faria testamento a favor de Jacinto Navarro de Andrade, cónego na basílica de Santa Maria, na Sé de Lisboa, e capelão da Casa Real, com o qual não tinha qualquer parentesco, originando uma longa contenda judicial, levantada por familiares que reclamavam direitos de herdeiros, que se prolongaria nos tribunais por muitos anos (Ferreira & Neves, 2010).

Se nos situarmos depois num outro estrato social economicamente privilegiado, o dos mercadores, podemos vir a acompanhar a ascensão ao grupo de referência, opção pela preparação universitária a par da vida religiosa, com procedimentos não muito dissemelhantes de preservação de património.

É o caso dos descendentes de Manuel Lopes de Moura, mercador, a residir em 1734 na Rua dos Mercadores, natural de Basto e que casou, em 1724, na freguesia de Urgeses, com Maria Josefa de São Tomás, contando esta 34 anos de idade. Tiveram três filhos e todos sobreviveram à infância: Bento José, nascido em 1726, Maria Josefa, em 1728 e Ana, em 1731. No seu agregado familiar, em 1734, além do casal e do filho (as filhas eram então menores), são referidos uma criada, um caixeiro e dois criados. Manuel Lopes de Moura morreu em 1756, de morte súbita, sem ter feito testamento, mas a sua viúva, falecida em 1758, deixou os terços (a parte da herança que se podia subtrair à legítima dos herdeiros), ao filho, o Dr. Bento José Lopes Ribeiro, além dos prazos, privilégios e mais terras e bens de raiz que lhe havia doado e nomeado, e como herdeiros a todos os filhos. Encontramos aqui um filho com preparação académica que aparentemente fica beneficiado, embora não saibamos que dote foi atribuído à filha casada. Da filha mais nova, ainda residente em 1756, não sabemos o destino posterior e não nos repugna pensar que terá entrado num convento.

O Dr. Bento José Lopes Ribeiro casou com D. Maria Josefa Ferreira Machado, natural da mesma freguesia da Oliveira, filha de outro mercador, Simão Machado, natural da freguesia de Ponte, e de Ana Ferreira Neves, natural de Fermentões, de quem não teve filhos. Ao óbito, em 1811, deixou como herdeiro e testamenteiro um sobrinho, o cónego Joaquim Cardoso da Silva, filho da irmã de quem acompanhamos o percurso.

Esta irmã, D. Maria Violante de Moura Ribeiro, casara com Manuel Cardoso, natural de Pinheiro, registando o casal 11 filhos. Destes, à morte do pai, em 1802, sobreviviam apenas quatro: duas filhas casadas, o referido cónego e um outro filho religioso no Convento da Costa.

A filha mais velha sobrevivente, D. Maria Bárbara Cardoso de Moura, casou em 1781 com Francisco Cardoso Meneses Barreto, no mesmo ano em que o noivo substituiu o pai nas funções de capitão-mor da vila de Guimarães. A carta de patente que formaliza a sua nomeação tem a data de 16 de fevereiro de 1781. O pai, Pedro Bernardino Cardoso de Meneses Barreto, fidalgo da Casa Real, recebera patente de nomeação como capitão-mor de Guimarães em 26 de maio de 1763, demitindo-se “em razão da idade e moléstias” (a provisão que aceita a sua demissão esta datada da véspera da que nomeia o filho para as mesmas funções). Do casamento de D. Maria Bárbara com Francisco Cardoso Meneses Barreto nasceram sete filhos, havendo referência ao destino posterior de quatro: a filha mais velha faleceu solteira aos 23 anos; um filho, o Capitão-Mor Pedro Cardoso

de Meneses Barreto também faleceu jovem, aos 27 anos. O outro filho sobrevivente, Fortunato Cardoso Meneses Mendes Barreto, da Casa do Proposto e senhor do Morgado de Nespereira, viria a seguir a causa absolutista, tendo sido coronel agregado do batalhão de voluntários realista de Guimarães (1830) e provedor, no período, da Misericórdia de Guimarães. A sua única filha e herdeira, Maria do Carmo, recebeu a Casa do Proposto e o morgadio de Nespereira. Do seu casamento com João Machado Pinheiro de Melo (primeiro Visconde de Pindela, desde 1854); ficou uma filha, Maria Amélia Cardoso de Menezes Barreto do Amaral (1854-1872), que casou com Gaspar Lobo de Sousa Machado e Couros, da Casa dos Lobo Machado, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real e Senhor da Casa de Santão, que seria o 1.º Visconde de Paço de Nespereira (desde 23 de setembro de 1886). Deste casamento ficou João Lobo Machado Cardoso do Amaral de Menezes, 2.º visconde de Paço de Nespereira (1867-1919).

A outra filha do casal Manuel Cardoso e D. Maria Violante, D. Ana Rita Cardoso de Moura, casou em 1781 com o Dr. José Pereira da Rocha Gaio de Faria, natural de Vila do Conde, onde era vereador da Câmara, e ausentou-se.

Os oficiais mecânicos eram, como vimos, frequentemente originários do espaço rural exterior, como foi o caso de António Carvalho, sapateiro, natural da vizinha freguesia de Pinheiro e que casara, em 1701, com Úrsula Salgada, natural da freguesia urbana de São Paio, filha de um surrador. Viviam, em 1734, na Rua Nova do Muro, em proximidade a uma filha casada, a única cujo destino conhecemos, dos 6 filhos que haviam registado. A filha, Mariana Salgada, havia casado aos 16 anos com Domingos de Freitas, natural de São Paio de Figueiredo. Em 1745, encontramos os dois casais num mesmo fogo, com a chefia de António Carvalho, tendo na dependência três netos, dos cinco que o casal mais jovem havia registado.

Mariana Salgada faleceu em 1751, estando mentecapta, sobrevivendo-lhe o marido até 1758. Domingos de Freitas fez testamento, declarando que era irmão da Irmandade de São José, sita na Igreja de São Sebastião, à qual devia 6\$000 réis que recebera à conta das missas e como não tinha com que pagar pedia à dita Irmandade que descontasse o dinheiro e o juro no montante das missas a que era obrigada e o que sobrasse devia ser entregue às filhas, Luísa e Maria, para os funerais (o filho Tomás falecera em 1749). O sogro, António Carvalho, que viria a falecer em 1766, pedia em testamento que se entregasse o importe das missas da Irmandade do Anjo às suas netas, para elas pagarem a suas dívidas e enterro.

A lotaria demográfica podia dificultar a transmissão de uma atividade dentro de uma mesma família e mesmo a sobrevivência dos artífices que chegavam à velhice sem o arrimo de uma nova geração produtiva, como terá sido o caso de António Carvalho, só com netas, que se mantinham solteiras aos 50 anos de idade. As Irmandades em que se cotizavam para garantir acompanhamento à sepultura e sufrágios pós-morte, com volume de missas

que podiam ascender a várias centenas, figuravam então como instituições seguradoras em situações críticas e no momento crucial de evitar um enterro degradante a cargo da Misericórdia. No entanto, quando chegamos ao século XIX; e a sobrevivência à infância se torna mais favorável, acompanhamos facilmente a reprodução de atividades especializadas dentro de uma mesma família, seja através de filhos, seja através de genros, dentro dos limites de aceitação do mercado. Terá sido o caso de duas famílias de penteeiros residentes no Cano.

O penteiro Custódio Fernandes; nascera no Cano, em 1808, na parte pertencente à freguesia de Azurém, e casou em 1833 com Maria Jacinta Rosa, nascida em 1807 também no Cano, mas na parte pertencente à freguesia da Oliveira, freguesia onde registaram sete filhos. Os três filhos varões do casal que sobreviveram na nossa observação, Custódio Fernandes, Manuel Fernandes e Jacinto José Fernandes, foram todos penteeiros, mas só do primeiro acompanhamos o percurso de filhos.

Custódio Fernandes, nascido em 1838, casou aos 25 com Ana Joaquina Teixeira, de 24, natural da vizinha freguesia da Costa, e registou oito filhos entre 1864 e 1883, falecendo dois deles na infância. O filho mais velho sobrevivente foi penteiro como o pai, mas dos outros três filhos varões, dois foram caiadores e um barbeiro, enquanto as duas filhas foram operárias têxteis. Restringia-se, então, o espaço desta atividade.

Num outro caso, acompanhamos os descendentes de Domingos José Dantas Rola (com profissão de penteiro referida no rol de confessados de 1821 da Oliveira), exposto na roda de Guimarães em 1774 e que foi residente no Cano. Conhecemos-lhe três filhos, uma filha mais velha que casou com um surrador, natural de S. Miguel das Caldas de Vizela, e dois filhos varões, ambos penteeiros, João José Dantas Pinheiro Guimarães, nascido em 1808, e Manuel José Dantas, nascido em 1815, casando este com uma mulher natural de Lodares e vindo a ausentar-se de Guimarães.

João José Dantas Pinheiro Guimarães casou aos 25 anos com Maria de Oliveira, de 16 anos, também natural da Oliveira, de quem teve 12 filhos, mas só acompanhamos o percurso de vida de uma filha, Francisca Rosa, nascida em 1838, que casou com um penteiro, João António Pacheco, nascido em Azurém em 1833, e de quem teve 11 filhos. A filha mais velha deste último casal, com o mesmo nome da mãe, Maria de Oliveira, nascida em 1861, casou aos 21 anos também com um penteiro, José Fernandes, de 22 anos, natural de Azurém; uma outra filha casou com um caiador e duas outras com sapateiros. O filho varão do qual acompanhamos o percurso, António Dantas Pacheco, nascido em 1877, encaminhou na profissão três filhos. A. L. de Carvalho; visita a sua oficina e, no volume IV dos Mesteres de Guimarães (publicado em 1943), dá-nos conta de uma oficina de penteiro manual:

Quem quisesse ver as oficinas arcaicas de fazer pentes, ia até ao bairro de Santo António da Arcela, que fica para lá do Castelo. As suas lojas-oficinas, assentes em casas ao rés-do-chão, algumas apenas com um sobrado, distinguiam-se pelo tabuleiro do trabalho, à boca da rua. No propósito de observar dos penteeiros o seu labor antigo, fui de longada até a Arcela. Queria eu, por directa observação, ver o aprendiz, o oficial, o mestre, em pleno ambiente da oficina, pois seria aí, nos processos, distribuição, e fraternidade do trabalho, que verdadeiramente descobriria não só os elementos constitutivos desta velha indústria, como ainda aquela imagem que mais nos aproxima do modo e razão de ser do corporativismo medieval.

As casas-oficinas de tabuleiro à porta, essas lá estavam, meanzinhas e discretas, ligadas umas às outras, como que cochichando vidas extintas, - talvez, quem sabe, as longas vidas das gerações de penteeiros que por ali poisaram na laboriosidade quotidiana, quási doméstica, em que entravam mestres, oficiais, aprendizes.

Simplesmente, nenhum rumor de ferramentas ali havia, nem aquele odor característico do chifre desfeito em pó, - que era uma sensação física do trabalho dos penteeiros -, bem podendo ser que já ali não morassem, tanto mais que eram cerradas as típicas portas de tabuleiro. Com efeito, eles não moravam já naquele bairro da Arcela. Contudo, se não tinha morrido a indústria e ainda havia penteeiros na terra - onde estavam eles, os penteeiros manuais, pois que era desses que a minha curiosidade queria observar? Na confiança de topar algum obstinado artista, desses que, aferrados aos processos antigos do trabalho, não dando o braço a torcer, preferem a derrota a ceder um palmo para o lado das inovações industriais, fui com esse fito ouvir quem me desse sinais do paradeiro de um penteeiro na sua oficina manual, embora empurrado do seu bairro próprio. No Campo de D. Afonso Henriques, junto do oratório do Senhor do Amparo, fica a oficina do mestre Dantas Pacheco “o Rola”. Fiel à herança de seus progenitores, ele ficou na oficina de seu pai, e, na mesma arte, encaminhou três filhos. Era aqui - haviam-me informado - que eu descobria, possivelmente, alguns vestígios do modo remoto de fabricar os pentes, pois tudo mais havia sofrido a transformação que a luta da concorrência impunha, uma vez que o progresso industrial não pára nem se comove com o escacamento tumultuário do ferramental antigo, mesmo que deixe atrás de si mutilações tremendas, lançando para a valeta – na passagem do seu carro de triunfo – os inadaptáveis à sua engrenagem veloz e estrepitosa. Entrando na oficina do mestre “Rola”, aí mesmo me apercebia que uma outra geração, um outro advento se abria para a indústria dos pentes, agora que o vapor e a electricidade animavam a máquina, e relegavam a velha ferramenta para um canto, conjuntamente com os obreiros inadaptáveis. Aí mesmo, no interior desta oficina acomodada no ambiente doméstico, em que a mulher do mestre tomava parte, aí mesmo, repito, se me deparava uma percentagem de inovação industrial introduzida no fabrico à antiga, formando assim contrastes fortes, de onde se tiravam corolários chocantes.

Com efeito, se um dínamo já accionava alguns tornos de cerrar os pentes, nem por isso deixava de se notar nesta oficina, em regime de transição, algumas velhas peças: - a serra manual onde se encavalitava o artífice para cortar em argolas o chifre; a forja, alimentada a casca de carvalho, onde outro obreiro as aquecia, para depois as desdobrar sobre os tamancos dos seus pés; a pia de água onde as placas de chifre mergulhavam, para arrefecer; a prensa de dois madeiros, apertada por uma tarraxa de pau, para endireitar as mesmas placas; o cepo para as desengrossar à goiva; o trancão para as chanfrar à enxó; a tala de as prender para o abrir dos dentes; o caco onde a casca arde e a grelha poisa para desempenar; além de outro ferramental antiquado, a espreitar a sucata, seu fim último. Só a banca, - um tabuão largo e raso -, à qual abancavam mestre e oficiais, só essa já havia sido desfeita, atirada ao lume.

Na contemplação deste cenário de contrastes - vestígios do trabalho antigo e concepções práticas do trabalho moderno - ali nos pareciam presentes os mestres que a morte levou, como que erguendo-se diante do último abencerragem, antepondo-se aos seus tentames de transformação, ali naquela oficina realizados aos poucos.

Disse este meu pensamento - algo fantasmagórico - ao mestre Dantas Pacheco, que logo me fez menção de uma plêiade de antigos mestres penteeiros, pelas alcunhas por que eram conhecidos: - o “Frade”, o “Gato”, o “Berisques”, o “Oiteirinho”, o “Barão”, o “Trapola”, o “Balaio”, o “Pichelim”, o “Mouco”, o “Zé Cantor”, o “Rola” - que era a sua própria alcunha, por descendência. Com eles se finaram, por assim dizer, os velhos métodos da arte de fabricar os pentes.

Outra Era surgia para a indústria - a moderna. (Carvalho, 1943, pp. 111–112)

Apesar de, por regra, a aprendizagem das profissões ser de natureza exclusivamente prática, era um longo processo de formação desenvolvida em contexto de trabalho, que se prolongava por mais de uma década, sendo os ensinamentos criteriosamente regulamentados pelos estatutos das corporação dos diferentes mesteres, a cujos juízes competia a validação dos resultados das aprendizagens, através de um exame que era determinante para a obtenção da carta de ofício, que permitiria ao aprendiz passar a exercer o seu ofício autonomamente, abrindo a sua própria oficina ou assumindo a que pertencera ao seu progenitor. Embora os aprendizes dos diferentes ofícios fossem geralmente filhos dos mestres, estes poderiam acolher outros rapazes para lhes ensinarem os seus mesteres. Alguns vinham de longe, como foi o caso que conta um documento que A. L. de Carvalho transcreveu nas páginas 24 e 25 do volume III dos seus monumentais *Mesteres de Guimarães*.

«Saibam quantos este contracto de obrigação de ensino de um moço virem, como no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos e cincoenta e quatro anos aos dezanove dias do mes de Fevereiro do dito ano, nesta vila de Guimarães, nas pousadas

de mim público tabelião pareceu um homem que disse haver nome João Martins, lavrador, morador no casal do Outeiro, da freguesia de Duas Igrejas, do termo da cidade do Pôrto, e assim António Gonçalves cutileiro, morador em rua de Gatos, arrabalde desta vila; e logo por êle João Martins foi dito em presença de mim público tabelião e das testemunhas ao diante escritas, que a êle lhe aprazia, como lhe logo aprouve de dar ao ensino ao dito António Gonçalves cutileiro, um seu filho por nome chamado Gaspar, não presente, para que êle António Gonçalves o ensine a seu ofício de cutileiro da feitura desta escritura a oito anos, cumpridos e acabados, aprender continuamente o seu ofício de cutileiro, e êle António Gonçalves lhe dará de comer e beber e vestir e calçar e cama em que êle Gaspar durma, e êle seu pai lhe dará camisas e lenços, roupa de linho sómente; e êle António Gonçalves cutileiro será obrigado a dar ensinado nos ditos anos, digo oito anos, ao dito Gaspar, de seu ofício, de tôdo que ele António Gonçalves souber muito bem, e lhe mostrar tudo aquilo que êle sabe; e acabados os ditos oito anos se obriga êle António Gonçalves mais a dar ao Gaspar mil e quatrocentos reis em dinheiro de contado, e não no dando êle António Gonçalves ao dito Gaspar, oficial no dito tempo de oito anos, que então lhe pague como a um bom obreiro, cada mês ou cada ano, até que ele Gaspar saia bom oficial, e será visto por oficiais que o examinem; e sendo caso que ele Gaspar saia dêle António Gonçalves, antes de se acabarem os ditos oito anos, que êle seu pai João Martins lho torne logo a trazer, e não o trazendo, que êle João Martins pague a êle António Gonçalves por cada mes ou ano todo o tempo que deixar de servir no dito ofício como a um bom obreiro; e êle António Gonçalves disse que já tinha o moço em seu poder, e se houve por entregue dêle Gaspar; e por esta maneira ficaram contratados e se obrigaram a o cumpri sob pena de qualquer dêles que contra isto fôr, em parte ou em todo, pagar de pena (cada um) ao que o não cumprir vinte (cruzados) doiro de pena, ... (Carvalho, 1942, pp. 24–25).

À imagem do que estava previsto para o futuro cutileiro Gaspar, a formação profissional dum mestre artesão prolongava-se por bem mais do que uma década e meia, até que pudesse ser dado como apto para o exercício por conta própria do seu ofício. Este tempo de aprendizagem poderá afigurar-se como excessivamente longo, mas percebe-se que não o será assim tanto, se se tiver em conta que, por um lado, o aprendiz pagava com trabalho a sua formação - e também a sua criação, já que iniciava este processo ainda em criança - e que, por outro, ao contrário do que acontecerá com um operário das unidades fabris que nasceriam com a Revolução Industrial, que por norma apenas tinha que aprender a fazer uma parte do processo de fabrico de um produto, o artesão tinha que dominar, com destreza e eficácia, todas as fases do processo, desde a aquisição da matéria-prima à comercialização do produto acabado.

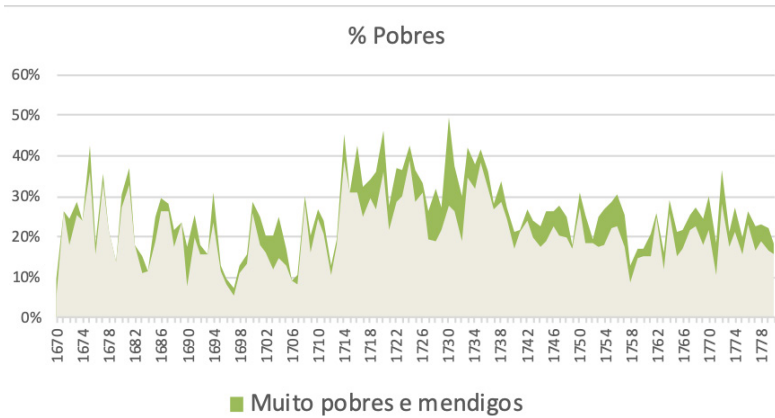
Este modelo de aprendizagem das artes e dos ofícios vigorou em exclusivo entre nós desde a Idade Média até aos tardios alvares da Revolução Industrial em Portugal, tempo em que começa a despertar a consciência da necessidade de institucionalizar o ensino profissional,

associando a componente mais prática à aquisição dos rudimentos do saber científico e tecnológico adequado a cada profissão.

Entre os grupos teoricamente mais desfavorecidos, o dos criados, a leitura de testamentos pode surpreender-nos com quadros interessantes de poupança. Embora possamos admitir que Maria de Brito tivesse enveredado, a dada altura da sua vida, pelo ofício de tecedeira, ao óbito, em 27 de dezembro de 1731, é identificada como *criada que foi* de Joana de Queirós, da Rua dos Fornos. Deixando como herdeira uma sobrinha da freguesia de Brito, de onde ela própria era natural, manda em testamento que seja amortalhada em hábito de S. Francisco, sepultada no Mosteiro do mesmo Santo, acompanhada pelas comunidades de S. Francisco, S. Domingos, Coraria e Misericórdia, e Irmandades de que era irmã, em tumba de 6.000 réis, e pede por sua alma dois dias de missas gerais e seis missas no altar privilegiado de S. Pedro de Rates, na Sé de Braga, procedimento corrente entre proprietários. Enumera cerca de 300\$000 que tinha a juros, na mão de pessoas variadas e declara que tem uma teia de pano de linho de 50 varas, que se venderá para os gastos. Deixa à sua companheira Ângela, por esmola, uma caixa em que estava uma manta; e uma saia, um colchão, uma pipa, toda a lenha, todos os feijões, duas libras de linho, as cadeiras, o oratório com sua imagem, o toucinho e o pão que partirá pelo meio com a sua herdeira. Se a herdeira não aceitasse os encargos, então passaria a herança para a companheira.

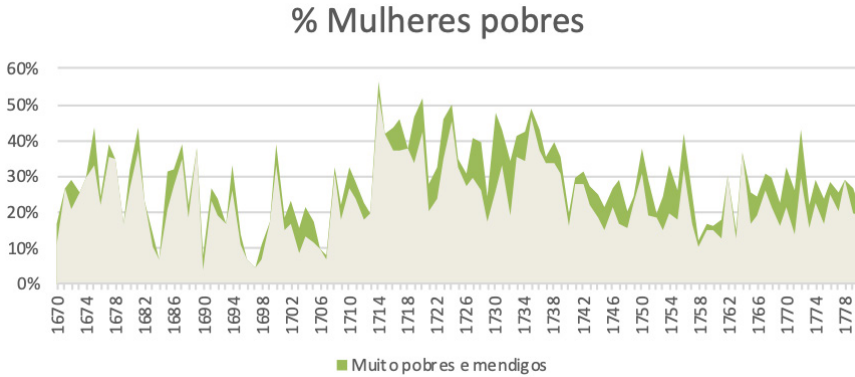
No entanto, o caso de Maria de Brito, mesmo só possuindo bens móveis, não era comum na época, em que a situação de pobreza se abatia sobre uma franja considerável da população, particularmente sobre as mulheres.

Uma aproximação possível a situações de pobreza, a cobrir toda a zona urbana, decorre, para um período limitado, dos registos de óbitos. Embora desde o início da observação haja indicações sobre testadores e abintestados, só a partir da década de 1670 e até sensivelmente à de 1780, essa informação se torna tendencialmente sistemática. Sem obediência a usos e costumes, como acontecia na zona rural, de população mais estável, durante esse século alargado, todos os possuidores de bens de algum tipo, cuja morte não surpreendia, faziam testamento, salvaguardando o mais possível a remissão dos seus pecados pelos chamados *bens da alma*. Para finais do século XVIII, já tal preocupação se vai esbatendo. A não feitura de testamento era justificada pelos párocos por morte súbita, no caso de possuidores de bens de algum tipo, ou por *não ter de que testar*. Assim, podemos tentar, para o período, uma aproximação à percentagem de pobres, embora saibamos que a sensibilidade de cada pároco poderia ter grande influência nessa classificação.



A partir do gráfico, encontramos, numa evolução anual, sexos reunidos, valores bastante elevados de nível de pobreza na década de 1670 e seguinte, chegando a posicionar-se acima dos 30% em relação a todos os defuntos, regride nas décadas seguintes, para atingir valores que chegam a ultrapassar os 40% entre 1710 e 1740. Depois, até final da observação, os valores oscilam à volta dos 25%.

Dentro dos pobres, podemos ainda considerar os muito pobres e os mendigos, cujo volume se incrementa depois de 1710, com incidência na primeira metade do século XVIII. Embora a classificação de muito pobre possa depender ainda mais da sensibilidade de cada pároco, um sinal evidente de extrema pobreza era o enterro a expensas da Misericórdia, na sua tumba, cobertos com um lençol, em vez de hábito, com o ultrajante acompanhamento pelos “cocos” (12 homens pagos pela Misericórdia que, até à segunda década do século XVII, cobriam o rosto com um capelo) e a sepultura no jazigo dos pobres, no claustro da Colegiada.



Se consideramos isoladamente as mulheres, verificamos que os níveis de pobreza são nelas particularmente gravosos, chegando, em alguns anos da primeira metade do século XVIII, a atingir metade de todas as mulheres falecidas.

Alguma explicação da situação mais gravosa de pobreza por parte das mulheres advém da frequência do seu desenraizamento. Além de viúvas pobres, muitas mulheres oriundas do mundo rural, atraídas para o serviço doméstico na cidade, ficaram depois sujeitas às vicissitudes da profissão, solteiras à morte, com filhos ilegítimos e desemprego.

Se nos debruçássemos depois sobre outras fontes, cuja existência já referimos, para a freguesia da Oliveira, poderíamos desenvolver uma maior aproximação a quotidianos numa periodização mais curta. Dessas fontes, salientamos em primeiro lugar os róis de confessados.

Os róis de confessados, a partir do momento em que passam a incluir todos os residentes e não só os obrigados a preceitos quaresmais, apresentam todas as vantagens de censos da população (no caso dos róis da freguesia da Oliveira, as crianças passam a ser arroladas, embora não totalmente de forma sistemática, a partir da penúltima década do século XIX). Tratando-se de uma sequência anual, em cruzamento com as bases de dados, permitem o acompanhamento de toda a dinâmica da vida das famílias, as alterações provocadas pela morte do chefe de família, o afastamento ou permanência no fogo dos filhos que casam, as saídas e entradas no agregado de outros filhos, as saídas e entradas de outros dependentes, como criados, escravos, pajens, caixeiros, obreiros, aprendizes ou companheiros. Em qualquer caso, mesmo antes de 1860, em que as profissões não são indicadas, podem ser identificadas as famílias privilegiadas pela designação de *dona* para as mulheres, sendo sempre identificados os eclesiásticos e os licenciados. Cada fogo tem à cabeça um chefe a quem são referidas as relações de parentesco ou dependência profissional de cada membro do fogo.

Sendo a freguesia da Oliveira desdobrada em duas paróquias, cada uma atribuída a um cônego-cura, até 1817 só chegaram até nós os róis respeitantes à 1ª Parte da freguesia, a que inclui o seu centro religioso, a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira.

Não se torna imediata a utilização desta fonte. Em regra, o rol de um determinado ano era usado no ano seguinte como suporte para elaboração do novo rol, riscando-se indivíduos ou famílias e intercalando-se outros indivíduos ou outras famílias. A nossa opção foi expurgar o rol das alterações posteriores, considerando para análise os dados iniciais, embora os novos dados pudessem ser utilizados em outras observações (Amorim, 1983).

Através dos róis, podemos acompanhar a distribuição residencial e a sua evolução no período bissecular, assistindo ao aparecimento de novas ruas, à alteração de nomes das já existentes e ao aumento ou redução do número de fogos e residentes em cada uma delas. Jogando com estatutos, número e categoria de dependentes não familiares, podemos traçar desde o início uma geografia social da paróquia, geografia social que se mantém sensivelmente ao longo do tempo, só sofrendo alterações mais significativas para final do período, quando famílias de maiores recursos constroem casas mais desafogadas em zonas novas.

No caminho da aproximação à sociedade do tempo, com um vasto leque de possibilidades que o cruzamento entre a base demográfico-genealógica e outras fontes nos abre, depois da incidência sobre a geografia social da freguesia da Oliveira, chamou-nos a atenção a instabilidade residencial nos mesmos espaços.

5.1. Geografia social da Oliveira

Desde a primeira metade do século XVIII, não foi difícil distinguir as zonas da freguesia onde uma burguesia ativa vivia em desafogo, a par de um clero *beneficiado* e de uma nobreza ostentatória, das outras zonas onde pequenos artífices ou mulheres solteiras sustentavam a sua pobreza mais ou menos reconhecida. Além da identificação fácil da categoria de nobre, eclesiástico ou licenciado, um importante indicador da posição socioeconómica é dado pela existência de caixeiros, criados ou escravos. Aprofundando a situação entre 1734 e 1760, verificámos que a percentagem de fogos da paróquia que beneficiavam de trabalho assalariado ou escravo oscilavam nesse período entre 31% e 40%, mas com uma distribuição muito diferenciada por lugares e ruas, diferenças essas que pouco se alteravam de listagem para listagem. Lugares como a Arcela, Oliveira, Santa Cruz e Eirado do Forno não chegavam a ter um quarto das casas com serviçais. Na Rua dos Mercadores, mais de três quartos dos fogos beneficiavam do trabalho assalariado ou escravo: na Rua de Santa Maria, Praça de Nossa Senhora, Tulha, Rua Escura e Praça de São Tiago, em mais de metade das habitações encontravam-se serviçais. Na Rua da Infesta, Sabugal, Rua do Postigo, Rua

Nova do Muro e Rua Donães, a percentagem de casa com servidores domésticos colocava-se entre 50% e 25%. Distinguindo depois não a simples existência de serviçais, mas o seu número e categoria, podemos desenvolver uma maior aproximação à geografia social da paróquia.

Classificamos, assim, para as décadas centrais do século XVIII, de zonas populares a Arcela, Oliveiras, Santa Cruz, Rua da Infesta, Sabugal, Eirado do Forno e Boticas, não chegando aí a encontrar-se um criado em cada dois fogos; zonas de pequena e média burguesia seriam a Rua do Postigo, Rua Nova do Muro, Tulha e Praça de São Tiago, a tender para um criado por fogo; a Rua de Santa Maria, Praça de Nossa Senhora, Rua dos Mercadores, Rua Escura e Rua Donães eram ocupadas pela grande burguesia da paróquia, pela nobreza e clero beneficiado, encontrando-se aís mais de dois criados por cada fogo.

5.2 Estabilidade/Instabilidade residencial na Oliveira

No aprofundamento da observação desenvolvido para os róis entre 1734 e 1760, impressionou-nos a instabilidade residencial das famílias e desenvolvemos um estudo considerando essa geografia social da paróquia (Amorim, 1995).

Centrámo-nos no rol de 1760, correspondente, como vimos, a uma das paróquias em que se dividia então a freguesia da Oliveira. Para todos os indivíduos residentes nesse ano nas suas ruas e lugares, fomos verificar, caso a caso, qual o primeiro rol em que haviam sido referidos e o rol em que haviam desaparecido, partindo do conhecimento, pela base de dados, das datas conhecidas de nascimento, casamento e óbito.

Convencionámos que a estabilidade suporia, pelo menos, a permanência de uma mesma família numa mesma residência por espaço de uma geração, tendo-se ultrapassado uma rutura, por morte, relativa à chefia do fogo. Considerámos igualmente estável uma família sem filhos que, desde o casamento até à morte de ambos os cônjuges, tivessem permanecido na mesma residência, embora essa morte tivesse ocorrido em menos de 30 anos. Para os indivíduos isolados, considerámos de residência estável aqueles que sobreviveram na casa à desagregação da família ou que, passados 30 anos numa mesma residência, aí viriam a falecer.

Seguindo este critério, dos fogos arrolados em 1760 apenas 23% tiveram comportamentos que podiam ser classificados de estabilidade residencial, mas com distribuição diferenciada se considerássemos as *ruas populares* ou as *ruas de elite*. No primeiro caso, as famílias estáveis não ultrapassavam os 17%, enquanto no segundo podiam atingir os 32%. Em posição intermédia colocavam-se as ruas de pequena e média burguesia com uma percentagem de famílias estáveis à volta de 25%.

Considerando depois a média de anos de residência dentro de cada zona para as famílias móveis, achamos uma média de 8,5 anos nas ruas populares, com 50% das estadias

com menos de cinco anos. Nas ruas em que moravam os mais privilegiados, a média de residência das famílias móveis sobe para 14,2 anos, com apenas 37% das famílias residindo menos de cinco anos na mesma casa. Nas ruas em que viviam predominantemente os estratos médios da população, encontramos 10,8 anos como média de residência e 40% dos casos em que essa residência não chegou a atingir os 5 anos.

Notas finais

São muitas as perspectivas de aprofundamento do nosso conhecimento sobre as sociedades modernas e contemporâneas se partirmos de uma base de dados que, na longa duração, identifica os residentes, acompanhando o seu percurso de vida em cadeia genealógica e se formos enriquecendo esse percurso através do cruzamento com outras fontes nominativas, como róis de confessados, testamentos, listas fiscais, listas eleitorais, ou relatos biográficos, entre muitas outras.

O processo de construção de uma *base de dados central*, com integração sucessiva de paróquias contíguas, vai-nos permitindo o acompanhamento da mobilidade das gentes por motivos de mercado, quer seja matrimonial ou de trabalho, motivos religiosos, de procura de cura para a doença, ou outros, clarificando sucessivamente posicionamentos de famílias ou indivíduos.

No caso de Guimarães, ao construir uma base demográfico-genealógica com informação que decorre entre os finais do século XVI e inícios do XX (no caso dos óbitos da Oliveira prolonga-se até 1980), tivemos de contar com dificuldades acrescidas pela qualidade muito diferenciada no trabalho dos diferentes redatores paroquiais, exigindo uma apertada crítica de fonte e opções na sua exploração. O facto de já dispormos no momento (a par da integração em curso de outras paróquias da mesma área geográfica) de uma base com 10 paróquias históricas, quatro do centro urbano, duas suburbanas e quatro rurais enquadrantes, robusteceu as análises desenvolvidas sobre a zona urbana.

Sendo o nosso objetivo uma aproximação à evolução plurissecular da sociedade vimaranense, começámos por considerar duas datas distanciadas por dois séculos, 1690 e 1890, no sentido de detetar as mudanças ocorridas na estrutura socioprofissional urbana. Encontrámos alterações importantes a refletir a maior concentração na cidade das atividades comerciais e o arredar para a periferia de atividades industriais.

Enveredámos depois por uma aproximação à reprodução social através de casos de Famílias que considerámos representativas de cada Grupo e que acompanhámos ao longo de sucessivas gerações. Detetámos a aproximação dos letrados, mercadores e ourives ao grupo dos privilegiados e as maiores dificuldades dos oficiais mecânicos, sujeitos às contingências do mercado, mas também sujeitos à *lotaria demográfica* no seio da sua família.

Para os estratos mais desfavorecidos da sociedade, foi possível traçar uma evolução dos declaradamente pobres entre 1670 e 1780, em que sobressaem percentagens muito elevadas de carenciados ao óbito, principalmente entre as mulheres.

No caso da Oliveira, freguesia central de Guimarães, o cruzamento da base de dados com os róis de confessados; permitiu traçar uma geografia social que se mantém sem grandes modificações num percurso plurissecular. O acompanhamento sistemático, rol a rol, das famílias residentes entre 1739 e 1760 permitiu concluir pela instabilidade residencial da família urbana de Antigo Regime, particularmente em zonas de estratos sociais mais desfavorecidos.

Tratou-se de um percurso enriquecedor pelo trabalho em equipa, pela diversidade de abordagens impostas pelas fontes e pelos desafios que se abrem a aprofundamentos futuros.

Bibliografia

- Amorim, M. N. (1983). *Exploração de Róis de Confessados duma paróquia de Guimarães (1734 - 1760)*. Guimarães.
- Amorim, M. N. (1991). Uma metodologia de reconstituição de paróquias. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX(1), 7–25.
- Amorim, M. N. (1992). *Evolução demográfica de três paróquias do sul do Pico, 1680-1980*. Instituto de Ciências Sociais: Universidade do Minho.
- Amorim, M. N. (1995). Instabilidade da família urbana de Antigo Regime: um ensaio sobre Guimarães. *Ler História*, (29), 27–43.
- Amorim, M. N. (2007). *O Pico. A Abordagem de uma Ilha. Vol. 1–As Famílias. Tomo 7–As Famílias das Lajes (2ª parte) em finais do século XIX*. Lajes: Município das Lajes do Pico/ NEPS.
- Amorim, M. N. (2009). *O Pico: as famílias: as famílias da Prainha nos finais do século XIX*. Obtido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9705>
- Amorim, M. N. (2011). Mobilidade demográfica numa cidade portuária. A Matriz da Horta entre os séculos XVIII e XX. Em *Família, espaço e património* (Coord. Carlota Santos). Porto: CITCEM.
- Amorim, M. N. (2012). Desafios da Cidade numa abordagem clássica de Demografia Histórica. O caso de Guimarães entre o século XVI e o XX. Em *Iº Congresso Histórico Internacional: As Cidades na História: População* (Vol. 1, pp. 83–111). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- Amorim, M. N. (2016). *O Pico. A Abordagem de ilha. As famílias de Santa Luzia nos finais do século XIX*. CITCEM.
- Amorim, M. N., Ferreira, A., & Machado, L. M. (2016). *Micro-analysis of mortality in urban areas The parish of Oliveira in Guimarães between the 18th and 20th century* (D. R. Fariñas & M. Oris, Eds.). <https://doi.org/10.1007/978-3-319-43002-7>
- Amorim, M. N., & Santos, C. (2011). *A População Marítima da Cidade da Horta em finais do séc. XIX*. Apresentado na IIº Encontro do CITCEM - O Mar, património, usos e representações, Porto.
- Amorim, M. N., Silva, C. G. da, & Silva, P. C. da. (2016). Microanálise de longa duração em demografia urbana: Santa Maria de Torres Vedras entre os séculos XVII e XX. *Revista de Guimarães*, 129–156.
- Carvalho, A. L. (1943). *Mesteres de Guimarães - IV*. Braga.
- Carvalho, A. L. de. (1942). *Mesteres de Guimarães - III*. Barcelos: Companhia Editora do Minho.

Ferreira, A., & Neves, A. A. das. (2010). Estratégias Matrimoniais em Guimarães - Séculos XVIII E XIX : Uma Abordagem Diferencial. Em *Família, espaço e património* (pp. 87–98). Porto: CITCEM.

Mesquita, M. H. (2004). *As Gentes de Angra no século XVII*. Universidade do Minho, Braga.

Moraes, M. A. P. de. (1984). Velhas Casas (X): Casa de Sezim (I). *Boletim de Trabalhos Históricos*, XXXV, 272–328.

Moraes, M. A. P. de. (1985). Velhas Casas (X): Casa de Sezim (II). *Boletim de Trabalhos Históricos*, XXXVI, 170–269.